



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional**

**Sub-eixo: Fundamentos do Serviço Social**

**A PESQUISA SOBRE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL:  
MÉTODO E INDICAÇÕES PRELIMINARES**

**MARIA ELIZABETH SANTANA BORGES<sup>1</sup>**

**CARINA BERTA MOLJO<sup>2</sup>**

**MARIA INÊS SOUZA BRAVO<sup>3</sup>**

**ANA LUIZA AVELAR DE OLIVEIRA<sup>4</sup>**

**ESTHER LUÍZA DE SOUZA LEMOS<sup>5</sup>**

**RESUMO:**

O presente trabalho é parte de pesquisa em rede internacional de pesquisadores e objetiva analisar as determinações particulares que favoreceram a construção da hegemonia da perspectiva crítica no Serviço Social brasileiro, tendo como protagonistas as organizações da categoria. Estando em curso, apresenta-se os principais achados bem como os procedimentos metodológicos que balizam a investigação.

**Palavras-chave:** Serviço Social, Organização Política, Virada Crítica.

**RESUMEN:**

El presente trabajo forma parte de una investigación en una red

---

<sup>1</sup> Universidade Federal da Bahia

<sup>2</sup> Universidade Federal de Juiz de Fora

<sup>3</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro

<sup>4</sup> Universidade Federal de Juiz de Fora

<sup>5</sup> Universidade Estadual do Oeste do Paraná



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

internacional de investigadores y tiene como objetivo analizar las determinaciones particulares que favorecieron la construcción de la hegemonía de la perspectiva crítica en el Trabajo Social brasileño, con las organizaciones de la categoría como protagonistas. Durante su desarrollo se presentan los principales hallazgos así como los procedimientos metodológicos que guían la investigación.

**Palabras claves:** Trabajo Social, Organización Política, Giro Crítico.

## INTRODUÇÃO

O trabalho que aqui apresentamos resulta da pesquisa em andamento denominada **a organização política da categoria profissional do Serviço Social no Brasil e a virada crítica nas entidades**” e constitui parte da investigação em rede, denominada *“Serviço Social na história: questão social e movimentos sociais – América Latina e Europa”*. O objetivo geral é analisar o processamento da virada crítica no Serviço Social no Brasil, tendo como principais protagonistas deste processo as organizações da categoria profissional do Serviço Social e os sujeitos protagonistas destas entidades.

Trata-se de uma pesquisa em rede internacional<sup>6</sup>, que trabalha com pressupostos teórico-metodológicos em comum, de forma conjunta desde 2016, atualmente em dois eixos norteadores: aproximações da profissão com as lutas sociais na organização das classes trabalhadoras e suas expressões nos fundamentos do Serviço Social; “questão social” enquanto solo histórico nas transformações societárias e o Serviço Social. O subprojeto que aqui apresentamos é composto por pesquisadores de diferentes instituições universitárias públicas brasileiras, tendo como objetivo analisar as determinações particulares que favoreceram a construção de hegemonia da perspectiva crítica do Serviço Social no Brasil. As bases teórico-metodológicas que orientam a investigação estão sustentadas na Teoria Social de Marx e na tradição marxista. A problematização do presente subprojeto parte da seguinte questão: quais determinações particulares favoreceram a construção de hegemonia da perspectiva crítica do Serviço Social no Brasil?

Nossa hipótese de trabalho é que a “virada crítica” e a construção do que chamamos Projeto ético-político-profissional foram possíveis pelo processo organizativo da categoria

---

<sup>6</sup> O presente estudo tem como referência o acúmulo da pesquisa “O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina: determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória (1960-1980)”.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

profissional, na disputa pela direção ético-política das organizações do Serviço Social brasileiro. Este processo, iniciado ainda nos anos de 1960-1970, deu-se, simultaneamente, entre as vanguardas vinculadas às universidades e ao sindicalismo.

Considerando que se trata de uma mesa coordenada e de uma pesquisa em andamento, pretendemos aqui apresentar os principais achados, assim como os procedimentos metodológicos que balizam a nossa investigação. Para a exposição, o texto foi dividido em três itens: uma abordagem inicial sobre o método da pesquisa e seu percurso; elaborações preliminares vindas da revisão bibliográfica e apontamentos de questões para investigação; e considerações finais indicando pontos de síntese.

#### Sobre o método da pesquisa e seu percurso

Partimos do suposto marxiano da necessidade de compreender os processos sociais inseridos na totalidade da vida social, dentro da dinâmica da sociedade capitalista contemporânea, particularizando o Brasil. Na perspectiva teórico-metodológica que trabalhamos não é possível separar história -teoria- e método. A teoria crítica é o fio condutor da pesquisa, permitindo a reconstrução do real no plano do pensamento, visando o conhecimento da totalidade social, no sentido marxiano. Trabalhamos com a concepção materialista da história, portanto, partimos do concreto.

Como diz Netto (2009, p. 673), ao analisar o método em Marx:

(...) a teoria não se reduz ao exame das formas dadas, de um objeto, como o pesquisador descrevendo-o detalhadamente e construindo modelos explicativos para dar conta – à base de hipóteses que apontam para relações de causa / efeito – de seu movimento visível, tal como ocorre nos procedimentos da tradição empirista e/ou positivista. E não é, também, a construção de enunciados discursivos sobre os quais a chamada comunidade científica pode ou não estabelecer consensos intersubjetivos, verdadeiros jogos de linguagem, ou exercícios e combates retóricos, como querem alguns pós-modernos (Lyotard, 2008, Santos, 2000). Para Marx a teoria, é uma modalidade peculiar de conhecimento (outras modalidades são, por exemplo, a arte, o conhecimento prático da vida cotidiana, o conhecimento mágico-religiosos - cf. Marx, 1982, p. 15). Mas a teoria se distingue de todas essas modalidades e tem especificidade: o conhecimento teórico é o *conhecimento do objeto tal como ele é em si mesmo*, mas a existência real e efetiva independente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. *A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto de pesquisa.*

Os procedimentos metodológicos da pesquisa possuem relação intrínseca com o método histórico-dialético, que tem condição de nos situar numa perspectiva de análise daquilo que se constituiu como o recorte do objeto, sabendo que a sua construção resulta de uma opção, que combina dimensões objetivas e subjetivas e responde, sobremaneira, a inspirações advindas de



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

experiências diversas e, nessa medida, torna-se desafiador construir o método que seja adequado ao conhecimento que se propõe a realizar. A construção do objeto da pesquisa inicia-se a partir do movimento da aparência à essência, ao situar um singular numa totalidade. Ao ser apreendido logicamente em seu movimento, o real pode se apresentar ao pesquisador em qualquer de seus momentos. Como diz Ranieri (2011, p. 154), “(...) cabe ao método apropriar-se analítica e criticamente do conteúdo do objeto, que tem de ser penetrado e decomposto racionalmente e do papel de suas determinações fundamentais, resgatado com base na hierarquização categorial que plasma aquele conteúdo”. Em Marx, a teoria é sempre aproximação da realidade e o método não pode ser restrito ao conjunto de leis lógicas, até porque, existência e consciência formam uma unidade.

Então, o que está posto é o desafio de traduzir em método um objeto novo, aprendendo com Marx o como pensar ou como reproduzir no pensamento um fato real, um objeto que tem existência independente do pensamento, mas ao estudá-lo, ou decompô-lo em suas partes, seja encontrada a essência ou sua natureza. Afirma Netto (2009, p. 682) que Marx nos ensina: “começa-se pelo real e pelo concreto; pela análise, os elementos são abstraídos e com o avanço da análise chega-se a conceitos, a abstrações que remetem a determinações as mais simples e na ‘volta’, de modo inverso, como rica totalidade de determinações e relações diversas”, como conceitos. É preciso, pois, encontrar as abstrações que devem ser processadas para se conhecer o objeto; é da lógica científica que ele venha acrescentar conhecimento ao desconhecido.

Conforme já indicamos, o nosso objeto de estudo é a profissão do Serviço Social no Brasil, em sua dimensão organizativa, tomando como campo analítico o papel das entidades representativas da profissão e suas contribuições e desafios para a consolidação do projeto ético-político-profissional, desde a “virada crítica”. Nos perguntamos sobre as forças sociais presentes nessa construção e a relação que se estabeleceu com as relações sindicais, bem como com os marcos de transformações na sociedade brasileira, desde os anos 1980. Dessa forma, de modo geral, objetivamos analisar as determinações particulares que favoreceram a “virada” na organização da categoria e a vinculação do Serviço Social brasileiro com as lutas da classe trabalhadora.

Assim, os procedimentos metodológicos que vimos construindo guardam uma relação de unidade com o método de análise e com a teoria crítica. O nosso esforço está centrado em realizar uma reconstrução histórico-crítica dos processos analisados e para isto, iniciamos um amplo estudo bibliográfico, documental e entrevistas com fontes orais.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Como ponto de partida, o Serviço Social está situado na história, na mediação das relações entre as classes sociais e na relação com o Estado, como indica Iamamoto em seus estudos. Assim, considera-se o surgimento da profissão no Brasil no contexto do capitalismo monopolista, inserido na divisão internacional do trabalho, considerando as particularidades da sua formação sócio-histórica, na periferia do capitalismo dependente, ao analisar as relações entre as classes sociais e estas com o Estado, de modo a explicitar a demanda para o trabalho profissional.

Na dupla determinação da profissão, entre o que explica a sua necessidade social e como seus agentes respondem a esta e ao mesmo tempo, realizam o processo organizativo como categoria profissional, buscamos localizar e problematizar o que é e como se constituiu no movimento da história a organização política do Serviço Social no Brasil, no âmbito do trabalho e da formação profissional. A pretensão é apreender a natureza, historicidade, dinâmica constitutiva, lutas desenvolvidas e particularidades das entidades organizativas da categoria de assistentes sociais, sua relação entre si na conjuntura brasileira, priorizando os anos 1980/1990, as contradições presentes nesse processo organizativo, a construção de unidade político-organizativa e sustentação do projeto ético-político profissional.

Dessa forma, a pesquisa inicia-se no processo de reflexão sobre o real, por meio da revisão bibliográfica, no intuito de construir indicações mais abstratas, de conceitos a serem apreendidos; de pesquisa documental, por meio da qual buscaremos localizar documentos históricos, em posse das entidades, que localizam a história destas, dos sujeitos envolvidos e dos vínculos com os contextos históricos; e de investigação através de entrevistas, relatos orais, história de vida, com registro transcrito e visual em vídeo, buscando reconstruir uma memória histórica. A partir desses procedimentos será possível avançar nas análises e elaborar categorias analíticas, com novos níveis de abstração, que nos permitam decifrar a profissão no Brasil e o que passou a se denominar projeto ético-político-profissional, na relação com as entidades representativas.

No ponto de chegada, as abstrações adensadas pela realidade possuem a capacidade de explicitar um conhecimento novo, como concreto pensado, que desanuviem as dúvidas suscitadas como problemas da pesquisa. Ou seja, do singular ao universal. Como nos lembra Gramsci (*apud* Simionatto, 1995, p. 244):

(...) o método de investigação refere-se a um procedimento de pesquisa norteado pelo conhecimento teórico, destinado a compreender as formas de existência do real (...) o que subsidia esse procedimento é a compreensão ontológica da questão do método, uma vez que a teoria é uma construção que nos possibilita apreender a realidade do ponto de vista da totalidade e da historicidade.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Como o nosso método nos orienta a pensar e a agir, como partes integradas na construção de conhecimento, que seus resultados se voltem para as entidades e a novos processos organizativos. Os recursos buscados objetivam que as reflexões gerem como desdobramentos:

- a) construção e fomento de Centros de documentação, memória e pesquisa organizados em rede, vinculados às universidades e às entidades da categoria no país, em cooperação na formulação de projetos, em conjunto com agências de fomento estaduais e nacionais; b) criação de página virtual para intercâmbio entre pesquisas e pesquisadoras(es), e acesso a banco de dados e divulgação;
- c) articulação da rede internacional de pesquisadoras(es), integrando eixos temáticos comuns de outros grupos de pesquisa e países, de modo a que a profissão se fortaleça e siga articulando procedimentos e posicionamentos críticos no Brasil e além de suas fronteiras.

#### Elaborações preliminares e apontamentos para investigação

A revisão bibliográfica em curso reúne alguns dados que revelam o processo de institucionalização do Serviço Social no Brasil e de suas organizações profissionais, demonstrando ser uma profissão sempre com marcas coletivas e preocupação com debates e, desde seus primórdios, com abertura para as relações internacionais.

A efervescência de sua criação data dos anos 1932 a 1937, quando as pioneiras se articularam através do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) que, segundo Lima (1987), criou centros operários, com a preocupação de laicização do Estado. O primeiro curso foi criado em São Paulo e o segundo no Rio de Janeiro, atualmente, PUC-SP e PUC-RJ. Numa análise de totalidade, Iamamoto e Carvalho (2014) consideram que a criação da profissão se situa no bojo da reação católica, originada na preocupação com a laicização.

Nos anos 1944-45 houve a expansão dos Cursos de Serviço Social, tendo o Brasil se destacado na participação no 1º Congresso Pan-Americano de Serviço Social, realizado no Chile e organizado o 2º Congresso em 1949 (IAMAMOTO & CARVALHO, 2014). Com a expansão das escolas de Serviço Social no país, em 1946, foi criada a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social – ABESS, um "órgão coordenador e orientador das escolas na defesa do aprimoramento do ensino de Serviço Social (...), [que] contou com a colaboração das escolas de Serviço Social de São Paulo e do Rio de Janeiro, as quais se tornaram membros fundadores



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

(...)" (LIMA, 1987, p. 66). A criação da ABESS expressa uma nítida preocupação das pioneiras com a qualidade da formação profissional, dada a proliferação de cursos de Serviço Social no período.

Também em 1946 foi criada a Associação Brasileira de Assistentes Sociais – ABAS que "(...) tinha por finalidade a atualização das técnicas de Serviço Social e o aperfeiçoamento cultural do assistente social. Foi o primeiro organismo a preocupar-se com o aperfeiçoamento e a garantia do nível da profissão, em defesa de seus interesses éticos" (LIMA, 1987, p. 66-67). De acordo com Iamamoto e Carvalho (2014), a ABAS tinha por finalidade o reconhecimento da profissão, a defesa de seus interesses corporativos e funcionava a partir de seccionais em diversos estados.

Ainda em 1946, dá-se origem ao processo de intercâmbios profissionais e posteriormente, cria-se o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais – CBCISS, resultado da participação do Brasil na Conferência Internacional de Serviço Social. Em 1947, foi realizado o 1º Congresso Brasileiro de Serviço Social, com apresentação de trabalhos, no espírito do intercâmbio de experiências profissionais, ainda que os pressupostos dos debates se sustentassem na doutrina social da Igreja Católica.

O percurso de discussões sobre o sentido da profissão levou à resignificação profissional no país, tendo como marco o conhecido “Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina” (1965 – 1975)<sup>7</sup>, propondo uma ruptura com o conservadorismo profissional, constituindo nova direção ético-política, aproximando-se das vertentes críticas. Neste “Movimento”<sup>8</sup>, tornou-se possível pensar as particularidades da América Latina, o papel insubordinado e de resistência desta região do mundo, tida como a periferia do capitalismo.

Ainda que levando em consideração os reveses impostos em vários países pelas ditaduras militares<sup>9</sup>, o legado da Reconceituação permitiu a articulação entre setores críticos da categoria profissional na América Latina e Caribe. Em decorrência do autoritarismo reinante na região, a reconceituação considerou as particularidades nacionais, a partir das condições

<sup>7</sup> Conferir: Pinto et al, 2023; Eiras, Moljo & Duriguetto, 2022; Iamamoto & Santos, 2021.

<sup>8</sup> O “Movimento” propunha construir um Serviço Social “verdadeiramente” latino-americano, questionando as influências norte-americanas e europeias. Do ponto de vista ideológico ou ideológico-cultural, recebeu influências da teologia da libertação, da teoria da dependência, dos diversos marxismos, assim como do educador brasileiro Paulo Freire. Entretanto, não foi homogêneo, considerando as características da formação sócio histórica de cada país, assim como pelas próprias particularidades da construção do Serviço Social nestes contextos.

<sup>9</sup> Como é de amplo conhecimento, as ditaduras militares se instalaram no continente desde a década de 1930. Nos anos 1960 elas vão se sincronizando e articulando, primeiro no Brasil em 1964, no Chile e Uruguai em 1973, na Argentina em 1976.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

políticas objetivas e com o fim das ditaduras militares, esses processos também foram se diferenciando nos países.

O conservadorismo político e teórico inicia o seu processo de erosão, aproximadamente nos anos 1960, fruto das lutas e movimentos sociais que eclodiram no mundo e também no Brasil. Na crise da ditadura empresarial-militar, o Serviço Social consolidou a crítica ao conservadorismo na profissão e desde final de 1980 vem afirmando o projeto ético-político-profissional, assentado na defesa da democracia, dos direitos humanos, da liberdade como valor ético central, da formação e trabalho com autonomia. No que se refere à regulamentação da profissão no Brasil, identifica-se três marcos: o primeiro, refere-se à publicação da Portaria nº 35 de 19/04/1949, que enquadrou o Serviço Social no 14º grupo das profissões liberais; no segundo marco, tem-se a promulgação da Lei nº 1889/53, que dispôs sobre o reconhecimento legal do ensino, sua estruturação e prerrogativas dos portadores de diploma de assistente social; o terceiro, trata-se da promulgação da Lei nº 3.252/57, regulamentada pelo Decreto nº 994/1962, que dispôs sobre o reconhecimento do exercício da profissão, instituindo a criação do CFAS e dos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais – CRAS (ABREU, 2012), cujas atividades foram iniciadas em 1963, com os estados agrupados em 10 CRAS, que foram sendo desmembrados à medida que a categoria profissional foi se expandindo. Este ordenamento legal foi alterado em 1993, com a promulgação da segunda e atual Lei de Regulamentação da Profissão, Lei nº 8.662/1993, quando se alterou a designação da entidade para Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS.

Os conselhos profissionais passaram por uma mudança substantiva, quanto à concepção referente à natureza do órgão de fiscalização e orientação do exercício profissional. A partir daí, foi construído todo o arcabouço jurídico-administrativo essencialmente democrático e a construção da Política Nacional de Fiscalização, em conjunto com os CRESS, cuja função é “orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de assistente social”, numa perspectiva política-pedagógica, além de (...) funcionar como Tribunal de Ética Profissional (...)” (CFESS, 2012, pp.48 – 49).

No decorrer de 30 anos, sustentado nos instrumentos normativos e gestões sintonizadas com a radicalidade crítica, pode-se afirmar que o CFESS, como sujeito coletivo, é um importante protagonista na construção do projeto ético-político do Serviço Social no Brasil. A pesquisa pretende dissecar esse processo de existência da organização do conjunto CFESS-CRESS, entendendo ter passado por três fases distintas, que representam rupturas e tensionamentos,





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

considerando o primeiro momento (1963-79) sob a influência conservadora; o segundo (1980-90) com tensão ao conservadorismo profissional, quando setores mais críticos passaram a assumir a direção de alguns CRAS, bem como da aprovação do Código de Ética de 1986; o terceiro, da década de 1990 aos dias atuais, com a nova Lei de Regulamentação (Lei nº 8662/93) e do Código de ética de 1993, centrais na sustentação ético-política do projeto profissional.

Ainda do ponto de vista histórico, tornou-se fundamental o processo organizativo da categoria profissional, desde os anos 1970, quando se organizaram as Associações Profissionais de Assistentes Sociais (APAS), expressão da resistência na profissão contra o autoritarismo (ABRAMIDES & CABRAL, 1995, p. 215,216). A trajetória das APAS pode ser expressa em linhas gerais, correspondendo à passagem do pensamento conservador ao pensamento crítico na profissão, em quatro momentos; o primeiro deles correspondente ao período de sua criação até sua desativação, devido à ditadura empresarial-militar no Brasil; o segundo, que abrange a paralisação durante o período ditatorial impeditivo de atividades associativas; o terceiro, que corresponde ao período de reativação até a transformação em sindicatos, com a criação da CENEAS; e o quarto, que abrange o momento da formação da ANAS, federação autônoma de assistentes sociais, até a extinção desta em 1994.

No âmbito da formação profissional, também podemos identificar três fases em seu processo de organização política. A primeira, de caráter conservador, que vai da origem dos cursos a partir de 1936, passando pela criação da ABESS em 1946 até a década de 1970, no período da ditadura empresarial-militar; a segunda que vai de 1970 a 1980, com o tensionamento ao conservadorismo através dos debates da categoria, tendo como marcos a convenção da ABESS em Natal em 1979, a aprovação do currículo mínimo do serviço social em 1979/82, e a convenção de Vitória em 1981 que muda o estatuto da ABESS, democratizando a entidade. Em 1990, a terceira fase que consiste na consolidação do projeto ético-político com diversas mobilizações, como a convenção realizada em Londrina/PR pela então ABESS<sup>10</sup> em 1993, a partir da qual deliberou-se pela revisão curricular do Currículo Mínimo, em um intenso processo de mobilização em todo o país, durante 3 anos, culminando com a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Serviço Social em 1996. Com as Diretrizes, completam-se as bases normativas que amparam o que se denominou projeto

---

<sup>10</sup> A entidade foi criada como ABESS (Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social), posteriormente em 1973 seu nome foi mudado para Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social, mantendo a mesma sigla, e desde 1998 é denominada como ABEPS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

ético-político profissional<sup>11</sup>.

Já nos primeiros anos de 1990, agregou-se formação e defesa do exercício profissional com autonomia técnica-operativa e ético-política. Com a decisão de suspensão das atividades da Associação Nacional de Assistentes Sociais – ANAS, as entidades nacionais, hoje denominadas Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, Conselho Federal e Regionais de Serviço Social - CFESS/CRESS e a organização estudantil, através da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESSO, de forma articulada e construindo unidade estratégica, tem adensado o legado político-organizativo e avançado no que se constituiu como referência para a perspectiva crítica do Serviço Social. Estas entidades passaram a organizar os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais, numa nova sequência até os dias atuais, tendo como objetivo mobilizar a categoria para debates e criar espaço organizativo em torno das pautas de interesse da profissão. Como sabemos, a nossa história é rica em nuances, numa trajetória de mudanças e compromissos com a classe trabalhadora, em passagens já mapeadas por vários estudiosos da profissão no Brasil. A categoria profissional demonstra atenção constante com a inserção da profissão nas conjunturas socioeconômicas, fazendo escolhas corajosas no caminho da organização, participação política e posicionamentos críticos. Na direção estratégica foi possível construir hegemonia do pensamento crítico, no debate sobre as questões que envolvem a formação e o trabalho profissional e a relação da profissão com a “questão social”. Entretanto, há uma dinâmica que envolve instituições sociais, tanto na formação quanto no trabalho, que não depende da vontade dos sujeitos, o que nos faz encontrar um campo a ser estudado. Aqui se abrem novas questões a serem enfrentadas, tanto para o aprimoramento das dimensões teórico-metodológica e técnico-operativa, quanto para o reconhecimento público da dimensão ético-política, que dá sentido à existência da profissão. O reconhecimento como profissão liberal no Brasil, com a aprovação da Lei de regulamentação, permitiu o exercício da autonomia, para designar ordenamentos jurídicos e escolhas críticas, diante das diversas formas de expressão das desigualdades sociais-econômicas-raciais. Esta se fez no reconhecimento de possibilidades reais, sempre em atualização com as necessidades identificadas na dinâmica da sociedade que nos demanda serviços profissionais. No entanto, a escolha por um projeto de natureza crítica não está imune às contradições e limites da formação e trabalho profissional em

---

<sup>11</sup> A literatura profissional destaca as normativas que subsidiaram o que posteriormente se denominou projeto ético político profissional. Neste contexto, a presente pesquisa busca a historicidade que permitiu as mediações construídas a partir do processo político-organizativo da categoria no interior das entidades nacionais e que incidiram na base das respectivas normativas no âmbito do trabalho e da formação profissionais.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

tempos de hegemonia burguesa, com a “vitória” da ideologia neoliberal no mundo. Há muitas questões a serem formuladas, quando buscamos compreender os processos de organização política da categoria profissional na atualidade, tendo o passado como forma de iluminar o presente. Este é um ponto de atenção na pesquisa, no sentido de reconhecer conquistas, sem deixar de enfrentar o debate sobre os limites das regulamentações.

Na história, os instrumentos legais e políticos representados pelas entidades nacionais mostraram-se eficazes, mas é preciso investigar se mantêm força de enfrentamento a demandas novas do mundo do trabalho e dos já identificados limites da organização da classe trabalhadora atualmente. A pesquisa identifica questões inquietantes sobre os mecanismos contemporâneos de organização, quando os sindicatos são tensionados em sua função de formação política com vistas à formulação de projeto societário anticapitalista. Em nossa área, há um vasto campo para estudo sobre o papel da sindicalização e quais caminhos apontam para a categoria profissional.

Segue sendo importante compreender a constante luta por qualidade da formação profissional e se perguntar como essa frente tem sido mantida por nossas entidades profissionais. Nessa medida, será imprescindível localizar como os cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Serviço Social asseguram a direção política-pedagógica construída historicamente e como tratam os temas pulsantes na profissão, como as relações de gênero e étnico-raciais e como estas se articulam no âmbito das entidades nacionais, no contexto do processo de internacionalização.

### Considerações finais

O presente estudo busca trazer à luz as determinações sócio-históricas, que permitem considerar a particularidade das entidades organizativas da categoria no Brasil, estando ainda em curso, portanto, não aponta conclusão, apenas destacamos alguns elementos de síntese, que reafirmam a hipótese central de que a “virada crítica” repercutiu nas entidades nacionais do Serviço Social no Brasil, que, redirecionadas, passaram a ter um papel preponderante na organização político-profissional, constituindo-se como uma referência para compreender o tempo presente.

A pesquisa aqui apresentada em linhas gerais busca apreender os nexos que permitiram construir a hegemonia da direção social crítica nessas entidades, bem como levanta questões que permitirão localizar novas estratégias coletivas, inclusive no confronto com acirramentos de retrocessos conservadores, presentes em tempos de “neoliberalismo”, quando o método marxiano de análise da realidade mostra-se potente.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

A proposta faz parte de um projeto mais amplo, que articula o debate sobre o trabalho e a formação profissional, com expectativa de que trará apontamentos significativos, para reforçar conquistas, enfrentar desafios e construir novas estratégias teórico-político-organizativas.

A apresentação na presente mesa coordenada é um momento de trocas entre pesquisadoras(es) e demais presentes. Estas enriquecerão nossos debates de grupo e, por certo, apontarão questões a serem apreendidas na fase empírica planejada.

## REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz C; CABRAL, Maria do Socorro Reis. (1995). **O novo sindicalismo e o Serviço Social: trajetória e processos de luta de uma categoria: 1978-1988**. São Paulo: Cortez.

ABREU, Ana Cristina. A Política Nacional de Fiscalização do Conjunto CFESS-CRESS: avanços e particularidades. In: **Inscrita**, n. 13, (pp. 56 – 63). Brasília: CFESS, 2012. CFESS. **Código de Ética da(o) Assistente Social. Lei nº 8.662/93 de regulamentação da profissão**. (2012), 10 ed. Brasília : CFESS, 2012. Disponível em [https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf). Acesso 15 mar 2023.

CFESS. Serviço Social a caminho do século XXI: o protagonismo ético-político do conjunto CFESS-CRESS. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 50, p. 172 - 190, abril, 1996.

EIRAS, Alexandra A. L. T. S.; MOLJO, Carina Berta; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Org.). **Perspectivas histórico-críticas no Serviço Social : América Latina, Europa e EUA**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2022.

IAMAMOTO, Marilda Vilella; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41ª ed. São Paulo: Ed. Cortez. 2014.

IAMAMOTO, M. V. (Org.). **A História pelo Avesso: A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais**. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

LIMA, Arlette Alves. **Serviço Social no Brasil: a ideologia de uma década**. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 1987.

NETTO, J. P. Introdução ao método da teoria social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília-DF, 2009. P. 667-700.

PINTO, A. P.; MOLJO, C. B.; SILVA, J. F. S.; MARRO, K. I.; DURIGUETTO, M. L.; ZAMPANI, R. O.; BRAVO, V. O. (Orgs). *Trabajo social y reconceptualización em Argentina: entre luchas sociales y rupturas teórico-metodológicas*. Juiz de Fora, Brasil: Editora UFJF. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/editora/ebook/e-books-2023/#trabajo-social-y-reconceptualizacion-en-argentina-entre-luchas-sociales-y-rupturas-teorico-metofologica>

VINAGRE, Marlise. Gestão novos tempos: o amadurecimento teórico e político no debate da ética e da fiscalização nos anos 90. In: **Inscrita**, n. 13, (p. 4 – 9). Brasília: CFESS, 2012.